



**FENPROF** Federação Nacional dos Professores [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)

# A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE EM PORTUGAL

O modelo de escola dos tempos que vivemos, a escola da diversidade cultural e das novas tecnologias da informação e da comunicação, a escola da participação reforçada dos vários actores sociais envolvidos no processo educativo...



O modelo de escola dos tempos que vivemos, a escola da diversidade cultural e das novas tecnologias da informação e da comunicação, a escola da participação reforçada dos vários actores sociais envolvidos no processo educativo e de maior integração na comunidade, continuou a atribuir ao professor o lugar de actor principal na organização e condução do processo de ensino-aprendizagem, assegurando, de uma forma curricularmente estruturada, os saberes e os saberes-fazer, as atitudes e as competências essenciais a adquirir por todos os que por ela passam, dirigidas à realização dos respectivos projectos individuais.

2

Contudo, as transformações políticas, económicas e sociais que se começaram a operar nos finais da década de 80 e na de 90, a nível mundial, e traduzidas: no plano político, pela ascensão ao poder de partidos conservadores na Europa e EUA; no plano económico, pela globalização da economia, pelo poder reforçado da lógica do capitalismo multinacional e das doutrinas neoliberais de apologia do mercado e da iniciativa privada, acompanhadas da redução ao mínimo do papel do Estado; no plano social, pelo aumento das desigualdades e pelo fortalecimento de uma cultura de massas voltada para o consumismo desenfreado e o individualismo mais feroz como estilo de vida, não podem deixar de se reflectir no papel da escola na sociedade e da situação do professor neste contexto.

Este enquadramento acelerou as transformações que se vinham operando ao nível do sistema educativo português e que têm por base uma concepção de escola autoritária e não democrática. Desde logo porque a progressiva sedimentação do chamado pensamento único, ou pensamento dominante, como alguns preferem dizer, é, em si mesmo um conceito autoritário, imposto pelo neoliberalismo e nele se assumindo como vector estruturante de toda a sua estratégia.

É dentro deste conceito, dando-lhe corpo

e, simultaneamente, disfarçando-o, que nos habituamos a ouvir, de tão repetidas, palavras como eficácia, eficiência, racionalidade, qualidade e controlo de qualidade, mérito, medição, aferição, entre outras, instituídas como uma espécie de sobredeterminação, que baliza todas as práticas, normalmente apresentadas de forma desconexa, intencionalmente desconexa.

Porém, cada uma delas está, de forma cada vez mais evidente, ao serviço do principal objectivo do neoliberalismo como política - impor o privado ao público, deixar ao mercado o campo aberto para florescer, também na educação.

Por isso é autoritária uma escola, e um modelo de escola, que é imposta, não discutida nas suas bases, não participada na sua tradução prática, pesem todas as subtilezas de linguagem que sirvam para ocultar essa imposição.

E uma escola autoritária tem que incluir, necessariamente, um modelo autoritário de profissão docente. Sustentando-se, de novo, na consigna do controlo de qualidade, este modelo de profissão visa o seu controlo político, administrativo, pedagógico e profissional.

Para isso, há que retirar a cada um as suas capacidades de autonomia, pedagógica e organizacional, esvaziar o lado reflexivo, crítico e auto-crítico,

interveniente, propositivo, solidário e participativo, por inclusão, ao contrário, de uma postura tutelada, vigiada, hierarquizada, controlada por vários (uma forma de disfarçar o efectivo controlo exercido), portanto sobredeterminada, selectiva, cercada e dirigida ao fim da exclusiva eficácia quanto a resultados que, por sua vez, são uniformizados e descontextualizados.

A FENPROF reafirma aqui que este tipo de professor é a antítese do professor que a nossa Lei de Bases do Sistema Educativo configura, que o Estatuto de Carreira Docente recentemente revogado consagrava, e que melhor se ajusta a um enquadramento da Escola Pública como eixo central do desenvolvimento do sistema educativo português no sentido da elevação generalizada da formação de todos os portugueses.

### **Para isso contribuem, sem sermos aqui exaustivos, algumas aquisições recentes da política de controlo e asfixia profissional docente:**

- Uma estrutura hierarquizada de carreira que, além de inviabilizar o acesso da generalidade dos professores ao nível superior da mesma, pretende que os poucos que aí caibam se transformem - em prolongamento de um desempenho profissional de que não são dispensados - em juizes (ainda que sem poder de decisão final) do trabalho de tantos outros que, dia a dia, procuram desempenhar da melhor maneira possível as tarefas que lhe são atribuídas. Esta hierarquização, e consequente subordinação de uns a outros, é a antítese de um desempenho solidário, cooperativo, co-responsável e respeitador das margens de autonomia profissional do trabalho pedagógico.
- Em consequência disto, as potencialidades inerentes a um trabalho pedagógico assente na reflexão,

**Os professores que o modelo Sócrates (ainda que sem ponta de originalidade e com tudo de um seguidismo acrítico do pior da cartilha neoliberal) perspectiva, serão, seguramente, outros profissionais, depois desta ofensiva.**

**E não nos devemos surpreender se, a exemplo do que aconteceu na Grã-Bretanha há duas décadas atrás, se assista a um êxodo da profissão por parte daqueles que, conscientes da sua identidade profissional, não aceitam ser tratados desta maneira, desvalorizados nos seus saberes, desqualificados como trabalhadores intelectuais que sempre foram, amalgamados numa espécie de linha de produção com controlo de qualidade final medido apenas pelos resultados dos seus alunos.**

individual e colectiva, na análise crítica dos contextos, na partilha desinteressada de conhecimentos, na cooperação e na entreaduda, estão completamente anuladas e substituídas por um clima de desconfiança, egoísmo, de amorfismo, de acomodação a normas que, cada vez mais (e por mais intervenientes) se revelam cerceadoras de qualquer exercício de autonomia e responsabilização que estão no cerne da profissão docente.

- Por outro lado, a meritocracia é agora erigida a um plano determinante no que se refere aos olhares sobre a profissão. Quer daqueles que emitem opiniões sem reflexo algum no desenvolvimento da carreira, quer, e principalmente,

daqueles que vão ver as suas opiniões colocadas no domínio do complexo e asfixiante sistema de avaliação do desempenho docente. Para os professores será meritório ter bons resultados dos seus alunos nas várias formas de avaliação consagradas - incluindo exames nacionais e outras provas standardizadas do mesmo tipo; será meritório mostrar disponibilidade para trabalhar - não importa em quê - mesmo para além do seu horário normal; será meritório não faltar nunca, mesmo que haja justificações de sobejo para eventuais faltas; será meritório nunca contrariar nenhuma orientação de trabalho, por mais descabida que seja; enfim, serão meritórios todos os procedimentos que não questionem as superiores orientações hierárquicas, venham lá de onde vierem.

- 4
- Mesmo assim, para todos (e imaginemos que muitos, a maior parte até) que cumpram com todos estes e outros preceitos, e que se revelem como bons e disciplinados funcionários, os superiores interesses dos nossos governantes determinam que nem todos, mesmo parecendo, podem ser bons ou excepcionais professores e educadores. Quem sabe e determina estas orientações define, à partida, o número dos que podem ver o seu mérito consagrado. Portanto, não basta ser meritório, é necessário que se caiba nas quotas que administrativa, aleatória e autoritariamente, foram determinadas. Esta sequência, que a nova lei impõe, só pode desaguar nesta constatação: o conjunto de bons professores é aquele, e só aquele, que o Governo determine!
  - Por outro lado, o saber pedagógico, entendido como traço identitário da função docente, a todos os seus níveis, é agora subalternizado, depreciado, e quase sepultado.

Uma actuação do Governo desta dimensão, fria na sua execução, determinada na sua obsessão, ainda que incompetente na sua sustentação, tão avassaladora relativamente a uma profissão de tão marcada importância para o futuro do país, tem que despertar em todos, mas em primeiro lugar nos professores, o direito à indignação.

É preciso, e é urgente, que vençamos a intimidação, combatamos alguma letargia, e substituamos quaisquer ideias de acomodação, por uma sentida, justa, e evidente indignação. Sentir-se indignado, mas conseguir tornar límpida e evidente essa indignação é, para os próximos tempos, tarefa que cabe a todos e a cada um dos professores portugueses.

Saber caldear essa indignação com uma crescente vontade de ir à luta, mesmo sabendo que não há soluções milagrosas, e percebendo que a luta pode conduzir à vitória, enquanto que o cair de braços só serve para consolidar as derrotas, é o maior desafio que se depara aos professores e educadores neste final de ano de 2007.

## RESISTIR É A BASE.

**Indignarmo-nos é indispensável.  
Lutar, consequente  
e duradouramente, é a única  
forma de virmos a derrotar esta  
ofensiva, desmedida, insensível  
e arrasadora da escola  
democrática.**